

A CIRCULAÇÃO DE ROMANCES NA BIBLIOTHECA NACIONAL E PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO (1833-1856)

Débora Cristina Bondance ROCHA¹

RESUMO: No início do século XIX, funcionários da Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro decidiram registrar os pedidos de livro para leituras realizadas na instituição, assim como o nome dos leitores, com vistas a evitar danos ou perda do acervo, produzindo registros cotidianos com os títulos das obras e o nome daqueles que as consultavam. O resultado deste trabalho é os quatorze Códices de Consulta Pública, datados de 1833 a 1856. Naquela época, a poesia e o teatro eram os gêneros mais prestigiados e o romance era um gênero em processo de consolidação no Brasil. Assim, este artigo procura discutir as possibilidades de leitura de romance naquele contexto.

Palavras-chave: Biblioteca; Leitura; Leitores; Romance; Século XIX.

ABSTRACT: At the beginning of the nineteenth century, officials of the Bibliotheca Nacional e Pública of Rio de Janeiro decided to register requests for book readings taken in the institution and the name of the readers, to avoid damage or loss of the acquis, producing daily records with titles of books and the names of those consultations. The result of this work is the fourteen Códices de Consulta Pública, dating from 1833 to 1856. At that time, poetry and theater were the genera most prestigious and novel was a genre in the process of consolidation in Brazil. Therefore, this article seeks to discuss the possibilities of reading the novel in that context.

Keywords: Library; Reading; Reader; Novel; 19th century.

Muitos historiadores que realizaram pesquisas sobre bibliotecas, como Baratin e Jacob (1999), De Nipoti (2006), Schwarcz (2002), relatam como é importante saber a respeito da história, localização e funcionamento destas instituições, assim como a composição do acervo, pois tais características podem dar indícios do tipo de público que freqüentava aquele espaço de leitura. Do mesmo modo, também é preciso lembrar dos símbolos que envolvem a instituição biblioteca, os quais Schwarcz resume em poucas palavras:

É porque na história das bibliotecas sempre se impôs esta mesma duplicidade: observadas internamente são frágeis e passageiras; vistas com maior distanciamento parecem indestrutíveis. Alocadas em grandes edifícios e compostas por coleções de coleções, por livros milenares e documentos cuja data se perdeu, as bibliotecas guardaram uma imagem de estabilidade e solidez que, na verdade, pouco combinou

¹ Mestranda em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. A discente realiza a pesquisa “Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro – um ambiente para leitores e leituras de romances (1833-1856)” com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

com seu destino. A história mostra como essas livrarias foram e continuam sendo destruídas, seja por motivos naturais ou por conta da razão instável dos homens. (Schwarcz, 2002, p. 418)

A vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, devido às pressões napoleônicas², acarretou muitas transformações no cenário sócio-político e cultural da cidade do Rio de Janeiro. Dentre as mudanças ocorridas na esfera cultural, houve a transferência da Real Bibliotheca para a então capital da colônia (Silva, 1999, p. 142).

A Real Bibliotheca da Ajuda de Portugal formou a base do acervo da Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Mais de trezentos caixotes foram enviados ao Brasil em três embarcações portuguesas, de 1809 a 1811, pois este tesouro da coroa não poderia ser abandonado na Europa num período em que Portugal tinha sido invadido pela França.

A princípio, provisoriamente, a Biblioteca³ foi alojada numa grande construção arquitetônica encontrada na cidade do Rio de Janeiro do Oitocentos. O prédio escolhido foi o do hospital da Ordem Terceira do Carmo, cujas salas superiores foram cedidas para a instituição. Mesmo numa localização privilegiada, o movimento, o barulho, o forte odor de medicamentos da enfermaria, bem como a falta de iluminação e o pequeno espaço, não contribuíram para o bom funcionamento da Real Bibliotheca. (Schwarcz, 2002, pp. 274-275)

Com a chegada e abertura de novos caixotes de livros em 1812⁴, a mudança da enfermaria para o Recolhimento do Parto e a ampliação da Biblioteca para o restante do prédio (que tinha sofrido reformas), foi possível dar novos ares ao local, no qual a instituição permaneceu até 1858 (Schwarcz, 2002, p. 275).

No período em que a Real Bibliotheca estava sendo organizada, apenas era permitida a

² Com a quebra do “Bloqueio Continental” (pacto de fidelidade econômica estabelecido entre Portugal e França) pela metrópole lusitana, ao aliar-se à Inglaterra, as tropas de Napoleão Bonaparte estavam prestes a invadir Portugal.

³ Quando o termo Biblioteca for grafado com a inicial maiúscula, refere-se especificamente à Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro.

⁴ Anais da Biblioteca Nacional. Cartas de Marrocos (1811-1821). Rio de Janeiro: FBN, 1934. Carta 38 – datada de 07/01/1813, a seguir, transcrito o excerto: “*Como há poucos dias forão mudados os Enfermos, q. Existião em parte do Hospital dos Terceiros, em q. Está collocada a Livraria, dando-se-lhes em troca outro edificio, chamado o Parto, m.^{to} maior e melhor q. Este; veio hoje a Mestrança da Casa das Obras p.^a se determinarem os concertos e preparos da Casa a beneficio dos Livros. S.A.R. Concede cada mez 1:000\$000 r.^s p.^a despesas, afóra o mais extraord.o, q. For preciso (...) Ábrirão-se já os ultimos 67 Caixões de Livros, q. Ainda existião fechados, e tive grande satisfação de ver louvado o bom acondicionamento delles dos d.^{os} Caixões.*”. A vinda da Real Bibliotheca ao Brasil aconteceu por meio de três viagens marítimas: a primeira no final de março de 1809, a segunda, somente em março de 1811, pela Fragata Princesa Carlota, que aportou no Rio de Janeiro em junho do mesmo ano, aos cuidados do bibliotecário português Luís Joaquim dos Santos Marrocos (designado à função de ajudar a organizar a biblioteca quando chegasse à colônia), e em setembro a novembro de 1811 chegaram os últimos 87 caixões. Schwarcz, 2002.

retirada de livros por aqueles que tivessem uma autorização real. De acordo com as anotações do Padre Dâmaso, pouco mais de vinte livros foram retirados (entre eles, cinco para D. Pedro, cinco para D. Miguel, dois para a Infanta Maria Francisca e dois para a Infanta Maria Isabel). É curioso notar que as duas obras retiradas pela Infanta Maria Isabel eram de Belas Letras, dentre as quais há o pedido do romance “Vida & Hechos de Don Quixote En Londres 1738 1v ¼” em 21 de Abril de 1813. (FBN/Ms.5, 2, 006, n° 007)

Luís Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), ao visitar a instituição, exaltou a organização e a facilidade de encontrar os livros. (Schwarcz, 2002, p. 277) O elogio às instalações reincide. Marrocos, o ajudante de bibliotecário português desde os tempos da Real Bibliotheca da Ajuda, também relata ao pai numa de suas cartas: “Confesso q. ficará hua Casa muito linda e muito bem arranjados os Livros (...)”⁵. Tais fatores podem ter contribuído para que novos visitantes passassem a freqüentar a casa, aberta ao público desde 1814. (Schwarcz, 2002, p. 277)

A instituição freqüentemente era escolhida pelos estrangeiros como um local de visita. É possível considerar, conforme Schwarcz, a Biblioteca como um modelo de tradição e civilização européia nos trópicos, símbolo que ostentava e, de certo modo, preservava o poder da coroa portuguesa.⁶ Tanto que, a duras penas, somente após a independência do Brasil e o acordo firmado com Portugal, foi possível que a Real Bibliotheca fosse reconhecida como patrimônio brasileiro e tivesse seu nome modificado, uma vez que a casa não era mais da coroa. Deste modo, passou a ser chamada Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro.

Ainda nos tempos da Real Bibliotheca, a instituição contava com um grande e variado número de livros e uma rica coleção de obras raras – acervo que, aliás, não parava de crescer. (Schwarcz, 2002) Em 1811 a biblioteca do frei José Mariano da Conceição Veloso⁷, com 2.500 volumes, dentre impressos e manuscritos foi doada à instituição.

O crescimento do acervo também foi beneficiado pelo decreto das *Propinas* de 1812, pelo qual oficinas tipográficas de Portugal e a Impressão Régia do Rio de Janeiro deveriam enviar um exemplar de tudo que imprimissem às bibliotecas públicas. (Schwarcz, 2002, p. 281)

Uma das maiores bibliotecas particulares da época, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga,

⁵ Anais da Biblioteca Nacional. *Op. cit.* Carta 38 de Marrocos.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Bibliotheca*. Consultado no site http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/14.htm.

⁷ Estudioso das ciências naturais, especializado em botânica. Schwarz, 2002.

foi incorporada àquela instituição pública de leitura em 1815, por intermédio de Manuel Joaquim da Silva Porto.⁸ Schwarcz indica que naquela coleção, um pouco mais de um terço dos livros versavam sobre direito e o restante era “obras gerais”, dentre as quais havia “vários livros que só poderiam ser lidos com autorização da censura, ou eram mesmo proibidos.” (Schwarcz, 2002, p. 278).

Já em 1818, foi incorporado ao acervo daquela instituição a biblioteca do arquiteto português José da Costa e Silva, “composto de estampas, desenhos, camafeus, mapas, esboços de arquitetura, livros de estampas, livros de arte, de literatura, de história, e de arquitetura” (Schwarcz, 2002, p. 281).

Benfeitores, geralmente da elite do governo, também faziam suas doações, como o próprio D. João VI, o marquês de Marialva, Tomás Antônio de Vilanova Portugal e Francisco Borja Garção Stockler (marquês de Belas). No período de 1817 a 1820, constam em registros 317 obras doadas para a Real Bibliotheca. (Schwarcz, 2002, p. 281)

Uma das doações mais importantes foram os livros do conde da Barca, que passaram a integrar o acervo da Real Bibliotheca em 1817. A classificação do acervo dessa biblioteca particular era similar àquela empregada para catalogar as obras que d. João trouxera de Portugal ao Brasil. Na livraria do conde da Barca, as obras eram classificadas como: Ciências, Artes e Belas Letras – na qual se destaca 18 títulos de romance, que ainda aparecia “como um gênero mal definido (ambigüidade entre romance, novela, conto) e desprezado em relação a outras produções literárias: a poesia, a retórica sagrada, e a história.”. (Silva, 1977, p. 169)

A consulta às obras da Biblioteca foi regulamentada somente em 1821, quando alguns funcionários notaram a necessidade de um estatuto para o bom funcionamento da casa. Por meio deste documento seria possível “regular formas e gestos de leitura”. (De Nipoti, 2006, p. 55) Assim, frei Gregório José Viegas, frei Joaquim Dâmaso, com ajuda do português Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, criaram um estatuto, neste mesmo ano, composto de 32 parágrafos. Entre as decisões administrativas contidas neste documento, algumas chamam especialmente a atenção, pois dizem respeito ao funcionamento da instituição, revelando características dos frequentadores aptos a circular no acervo.

Segundo o artigo III deste estatuto, o quadro de funcionários da Biblioteca deveria ser composto por “(...) hum Prefeito, hum Ajudante, dois Escreventes, e os Serventes que forem

⁸ Livreiro português estabelecido no Rio de Janeiro. Schwarcz, 2002.

precizos.”⁹. O ajudante tinha como função auxiliar o Prefeito naquilo que este solicitasse.¹⁰ Dentre as funções dos escreventes estava a de procurar os livros solicitados, entregá-los aos consulentes, observar para que os leitores não danificassem ou escrevessem nas obras, bem como guardar os livros quando fossem devolvidos.¹¹

No artigo IV, cabe destacar as funções do prefeito de “conservação, aumento, e esplendor da mesma Real Bibliotheca”; o que parece reforçar a citação de Schwarcz acerca do poder que uma biblioteca pode representar - a conservação da memória histórica portuguesa, assim como uma imagem de intelectualidade a ser transmitida, unindo saber e poder. Essa preocupação com relação à conservação das obras está assegurada diversas vezes no estatuto:

§.XXX.

Todas as pessoas que tiverem necessidade de copiar livro impresso ou manuscrito da Bibliotheca, precisamente o farão somente dentro da Bibliotheca, e ás horas costumadas do estudo; e se encarregará a algum dos Empregados o estar presente, e ver copiar ou concordar os Capitulos, Numeros, ou Parrafos que copiarem; zelando que se não vicié addicione ou corrija o Original, ou Exemplar da Bibliotheca cuidando em recolhelo logo que se acabarem as horas de estudo para continuar em as seguintes ate que acabado o reconhecimento ou copia se restitua ao seu lugar.

Também era responsabilidade do prefeito cuidar para que os livros não fossem “manch[ados], maltrat[ados], ou extravi[ados]” pelos consulentes, que estavam ali com a finalidade de estudar, já que a casa deveria estar em silêncio, para “não perturb[ar] a atenção dos que estudão.”¹²

Ainda que fosse uma instituição pública, alguns artigos do estatuto da Real Bibliotheca parecem apontar um tratamento diferenciado em relação a pessoas pertencentes a um círculo letrado da corte:

§.XI.

O Prefeito cuidará em que a Real Bibliotheca esteja com toda a limpeza, e arranjo possível procurando corresponder com atenção, civilidade, e cortezania aos que tem faculdade, e procurarem a Real Bibliotheca para se instruirem facilitando-lhes os livros que pedirem (...)

⁹ Estatuto da Real Bibliotheca. Consultado em 17/07/2007 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>. A mesma bibliografia serve para as referências do mesmo estatuto feitas a seguir.

¹⁰ Estatuto da Real Bibliotheca. Artigo XII. Consultado em 17/07/2007 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>.

¹¹ Estatuto da Real Bibliotheca. Artigo XI e XII. Consultado em 17/07/2007 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>.

¹² Estatuto da Real Bibliotheca. Artigo XI. Consultado em 17/07/2007 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>.

§.XXVI.

Não se abrirá a Bibliotheca fora das horas em que se costuma abrir para o estudo; mas quando suceder que alguma pessoa de concideração dezeje, e peça que quer ver a Bibliotheca mesmo em dia feriado, o Prefeito o não negará. (grifos nossos)

A limpeza e organização da Bibliotheca eram funções dos serventes, que também deveriam abrir e fechar portas e janelas. De acordo com os artigos XXIII e XXIV do estatuto, todos os dias (exceto feriados) a Biblioteca deveria estar aberta das 9h às 13h e reabrir às 16h30 “ate anoitecer, avizando hum pouco antes a gente de fora para que se retire”¹³, pois não era permitido utilizar “luz artificial para a gente de fora estudar ou consultar”¹⁴.

Mesmo com a existência de regras que restringiam o acesso aos livros, continuavam ocorrendo extravios de obras na Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Logo, em 1833, funcionários resolveram tomar medidas para assegurar a integridade do acervo. Foi criado o Códice de Consulta Pública, um livro de registro cotidiano que continha o nome de todos consulentes que passassem pela Biblioteca, bem como as requisições de livro por eles realizadas. Esse registro, que permaneceu ativo até 1856, é hoje guardado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Há quatorze códices, referentes ao período de 1833 a 1856. No que diz respeito ao formato e material utilizado, existe um padrão de composição dos Códices, embora o número de páginas varie bastante.

A primeira folha de todos os Códices, sempre assinada por um dos funcionários da instituição, traz a proibição da leitura de periódicos nacionais, visto “que se achão em muitas outras partes, onde podem ser lidos sem maiores estorvo as pessoas que tem de aplicar-se a objectos mais sérios”¹⁵. É possível que tal restrição tenha criado dificuldades para leitores da Biblioteca terem acesso aos romance-folhetins, presentes a partir de 1838 em jornais nacionais (Meyer, 1996, p. 32; Heineberg, 2008, p. 497. *In*: Abreu (org), 2008).

Ademais, esta mesma página de abertura explica o procedimento utilizado para que o registro fosse feito, ou seja, diariamente os funcionários eram incumbidos de anotar a data, logo abaixo relacionavam os nomes dos consulentes (do lado esquerdo) e as obras por eles solicitadas (do lado direito).

¹³ Estatuto da Real Bibliotheca. Artigo XXIV. Consultado em 27/03/2008 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>

¹⁴ Estatuto da Real Bibliotheca. Artigo XXIII. Consultado em 27/03/2008 no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>

¹⁵ Primeira página dos Códices de Consulta Pública da Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro.

Como outros pesquisadores da história da leitura, temos dificuldades em encontrar as referências bibliográficas completas das obras solicitadas, pois a maioria dos livros, que circulava abundantemente naquela época, não entrou para o cânone literário, sendo, portanto, desconhecidos atualmente. Outra dificuldade advém do fato de as indicações feitas nos Códices de Consulta Pública não trazerem referências completas, limitando-se, na maior parte das vezes, à anotação do título. Além disso, são raros os exemplares existentes e, por vezes, nem sempre contém o nome do autor, do tradutor (no caso de traduções), o local, ano e casa impressora que publicou o livro. Em alguns casos, no lugar em que deveria constar o título do livro contém apenas o nome do autor, ainda que este tenha escrito mais de uma obra, de mais de um gênero. Mesmo buscando tais dados em catálogos de livrarias e anúncios de jornais, essas especificações nem sempre são localizadas. Tais fatores tornam o trabalho de identificação dos títulos uma etapa essencial da pesquisa.

O primeiro passo da investigação foi a coleta de todos os dados referentes às Belas Letras fornecidos nos Códices, com vistas a criar um parâmetro das leituras literárias realizadas na instituição, de modo que fosse possível comparar a representatividade da leitura de romance naquela Biblioteca com outros gêneros.

Nesses vinte e três anos de registro, o romance foi certamente o gênero cujos títulos foram os mais solicitados dentre as Belas Letras, nos anos de 1833, 1835, 1836, 1837, 1841, 1842, 1845, 1846, 1848, 1849, 1850, 1851 e 1854. Cabe ressaltar que em 1841 dois títulos diferentes de romances ocuparam o primeiro lugar dentre as obras mais pedidas em cada ano, o mesmo ocorreu em 1854, sendo respectivamente: *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha* e *Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusóe* (1841), e *Deos Dispõe* e *Os Mistérios do Povo* (1854), como é possível observar na tabela a seguir:

Tabela da obra de Belas Letras mais solicitada a cada ano

Ano	Título# A grafia dos títulos das obras foi mantida conforme escrita pelos bibliotecários da instituição.#	Total de solicitações
1833	<i>História de Gil Brás de Santilhana*</i>	18
1834	<i>Viajante Universal</i>	39

1835	<i>As Mil e huma noites*</i>	31
1836	<i>As Mil e huma noites*</i>	37
1837	<i>Contos de Mogol*</i>	44
1838	Obras de <i>Bocage</i>	25
1839	<i>Eva, e Ave, ou Maria Triunfante</i>	19
1840	<i>Fabula de Esopo grego e Latino</i>	71
1841	<i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha *</i> <i>Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusóé *</i>	9
1842	Obras de <i>Chateaubriand*</i>	35
1843	<i>Década de Barros</i>	62
1844	<i>O Viajante Universal</i>	53
1845	Obras de <i>Chateaubriand*</i>	24
1846	Obras de <i>Chateaubriand*</i>	21
1847	<i>Metamorphoses de Ovídio</i>	40
1848	<i>Viagem a roda do Mundo*</i>	61
1849	<i>História de Gil Brás de Santilhan*</i>	30
1850	Obras de <i>Chateaubriand*</i>	37
1851	Obras de <i>Chateaubriand*</i>	22
1852	Obras de <i>Dellile</i>	27
1853	Obras de <i>Chateaubriand*</i> <i>Metamorphoses de Ovídio</i>	5
1854	<i>Deos Dispõe Romance por A. Dumas*</i> <i>Os Misterios do Povo por Eugenio Sue*</i>	13
1855	<i>Plutarcho Brasileiro de J. M. P. da S^a*</i>	23
1856	<i>Tito Livio**</i>	36

* Os romances – assim como as obras no interior das quais pode haver romances – foram destacadas com asterisco.

** No caso de dúvida, no que tange às obras de Belas Letras, os dados foram recolhidos para posterior avaliação. A obra *Tito Livio* ainda não pode ser identificada, e não sabemos se se inclui nas obras de Belas Letras. Caso esta obra não faça parte desta categoria, a posição de destaque vai para a produção nacional *Poesias de M. de Azevedo*

Não somente os romances eram muito procurados na Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. A tabela acima indica que os relatos de viagem também faziam parte do gosto do público daquela instituição. Por vezes suas histórias eram semelhantes a algumas prosas ficcionais. O relato de viagem *O Viajante Universal*, que liderou a lista de obras de Belas Letras mais pedidas em 1834 e 1844, se apresenta como verídico, ainda que tenha passagens claramente ficcionais. *Voyage autour du monde* foi outro relato de viagem muito solicitado em 1848, tendo sido a obra de Belas Letras mais solicitada naquele ano.

Numa época em que a poesia e o teatro eram os gêneros mais prestigiados, os consulentes daquela instituição deram ao romance um papel expressivo em suas leituras. Cabe destacar ainda o fato de *Obras de Chateaubriand* ter sido o título mais requerido por seis anos (1842, 1845, 1846, 1850, 1851 e 1853). Entre outros gêneros, o autor escreveu os romances: *Atala* (1801), *René* (1802), *Les Natchez* (1826), *As aventuras do último Abencérage* (1826), *Os mártires* (1809). Isso nos permite pensar que se os leitores pediram um mesmo romance de Chateaubriand em um mesmo ano, é possível que outros romances tenham liderado o ranking de títulos mais solicitados.

De fato, a procura dos consulentes se voltou às produções estrangeiras, que ocupavam a maior parte do acervo da instituição. Contudo, isso não significou que as produções nacionais foram desprezadas por aqueles leitores, pois à medida que novas contribuições surgiam no cenário carioca, crescia a procura na Biblioteca.

A primeira consulta a um romance escrito no Brasil ocorreu em 2 de maio de 1848. O leitor foi identificado somente por "C. F. Areas" e solicita: "Archivo Romantico Brasileiro – Tardes de Hum Pintor ou Intrigas de hum Jesuita 3vols" - obra publicada pela primeira vez um ano antes da consulta. Outros romances nacionais foram requeridos, como *Tiradentes* – romance de Teixeira e Sousa, mesmo autor de *Tardes de um pintor ou intrigas de um jesuíta*; *A Moreninha*, *Os dois amores* e *Vicentina* de Joaquim Manoel de Macedo; entre outros.

Além das preferências de leituras, especialmente no que tange aos romances, os Códices de Consulta Pública também oferecem informações sobre os leitores que circulavam na Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Como pôde ser observado no exemplo acima, os nomes dos leitores da referida instituição quase sempre aparecem abreviados (às vezes mesmo num primeiro registro) e a cada registro pode ter sido grafado de diversas maneiras, o que dificulta a identificação desses consulentes. Por vezes, conseguimos maiores informações devido

as suas solicitações consecutivas de uma mesma obra, outras vezes, foi necessário realizar pesquisas bibliográficas a fim de tentar identificá-los.

Freqüentaram esse recinto alguns nomes que não se destacam apenas pelas leituras realizadas, sendo reconhecidos pelo leitor atual como homens de letras (nem sempre o eram naquela época), alguns consagrados pelas histórias literárias. Assim ocorre com Manuel Antônio de Almeida (Rio de Janeiro, 1831 - Macaé-RJ, 1861) que, além de consultar *Chateaubriand*, em 24 de março de 1847, solicitou as obras completas de *Shakespeare*.

Estes são alguns exemplos isolados de aspectos que pretendemos desenvolver ao longo da pesquisa, contribuindo para a compreensão da presença e circulação do romance no Rio de Janeiro oitocentista. A Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, além de fazer parte dos momentos inaugurais do processo de “encorpamento de malhas”¹⁶ no Brasil, conservou um registro de informações que permitem saber o que era lido, quando, onde e por quem.

Tendo os quatorze Códices de Consulta Pública como fonte primária, esta pesquisa busca investigar a preferências de leitura de romances, assim como traçar um perfil dos leitores deste gênero literário neste ambiente público e mediador de leitura. Além disso, estudar a Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro permite compreender as possibilidades e os limites impostos à leitura de romance naquele contexto, ao mesmo tempo em que possibilita acompanhar as mudanças no gosto do público.

REFERÊNCIAS

Anais da Biblioteca Nacional. **Cartas de Marrocos (1811-1821)**. Rio de Janeiro: FBN, 1934.

BARATIN, Marc & JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

DE NIPOTI, Cláudio. **Sobre história, livros e bibliotecas ou ensaios em história da palavra impressa**. Tese. Concurso de Associação. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

Estatuto da Real Bibliotheca. Consultado no site: <http://www.iel.unicamp.br/memoria>.

Fundação Biblioteca Nacional. **Seção de Manuscritos**. Documento 5, 2, 006, nº 007.

¹⁶ A expressão foi utilizada por LAJOLO e ZILBERMAN no livro *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998. Refere-se ao surgimento e aumento de instituições de leitura (tal como bibliotecas e gabinetes de leitura) durante o Brasil oitocentista. Ainda é pertinente destacar que, de acordo com a perspectiva adotada pelas autoras, esse processo é fundamental para a expansão da leitura no Brasil.

HEINEBERG, Ilana. “Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses.” In: ABREU, Márcia (org). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca**. Consultado no site: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/14.htm.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. SP: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

_____. **A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.